

Convergência?

Maria Helena da Rocha Pereira, proferiu há tempos uma frase lapidar: "O erro foi a reforma de 1911 ter sido feita sem o Brasil. O que estamos a fazer agora é um remendo; é a aproximação possível."

Pessoalmente, teria preferido uma frase mais curta. Um ponto final em "feita" ficaria bem. Mas, ainda assim, não posso deixar de concordar.

O que é espantoso é que Maria Helena da Rocha Pereira, decana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é, de longe, a mais eminente defensora do Acordo Ortográfico.

O que é espantoso é que, mais de cem anos depois, haja ainda quem tente reparar o grande cisma de 1911. Através da fonética.

Ora, como pode a fonética — o critério que mais separa o português do Brasil do português europeu — servir de base para uma convergência?

Convergir pela fonética é como colocar um comboio sobre carris que se afastam: só pode dar desastre.

E o desastre já começou. Este acordo, que pretende convergir, traz consigo a semente da divergência, inventando palavras que ninguém usa e que, acima de tudo, o Brasil não usa. E, como a fonética não pára, abre-se a porta a novos "acordos", "acordos" sem fim, cada vez mais divergentes.

Este acordo não acorda nada, nem ninguém, nem sequer as Academias de Ciências de Lisboa e Brasileira de Letras, que continuam com critérios diametralmente opostos para a resolução de estrangeirismos — leiaute/layout, xampu/champô, mouse/rato. Viva a diferença!

É tempo de parar o desastre. É tempo de olharmos com bonomia para soluções históricas como o da reforma de 1911, fruto da implantação da República. A língua é o que é, deixem-na! O sobressalto de 1911 já foi absorvido, já não há "erro" para reparar. Ninguém pediu uma convergência, muito menos uma convergência com sacrifício da nossa identidade. Acima de tudo, ninguém pediu que se reparasse um erro, que já não o é, com outro erro ainda maior.

Esse erro maior, o AO90, estamos ainda a tempo de o corrigir. Seja através da Iniciativa Legislativa de Cidadãos, em curso, seja através de uma Iniciativa Legislativa dos próprios deputados que, em 2008, sancionaram esse erro.

--

Rui Valente